



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
EM REDE NACIONAL

KÁTIA SOLANGE MIRANDA NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
INSTITUTO
FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS SANTANA: análise dos fluxos informacionais
e impactos no acesso e permanência estudantil**

MACAPÁ - AP

2025

KÁTIA SOLANGE MIRANDA NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
INSTITUTO**

FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS SANTANA: análise dos fluxos informacionais
e impactos no acesso e permanência estudantil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Dra. Maryele Ferreira Cantuária.

MACAPÁ - AP

2025

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244p Nascimento, Kátia Solange Miranda
Políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal do
Amapá, campus Santana: análise dos Fluxos informacionais e impactos
no acesso e permanência estudantil
/ Kátia Solange Miranda Nascimento - Santana, 2025.
61 f.: il.

Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Mestrado em Educação
Profissional e Tecnológica, 2025.

Orientadora: Dra. Maryele Ferreira Cantuária.

1. Direitos. 2. Assistência Estudantil. 3. Política Educacional. I.
Cantuária, Dra. Maryele Ferreira, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


KÁTIA SOLANGE MIRANDA NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
INSTITUTO**

FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS SANTANA: análise dos fluxos informacionais
e impactos no acesso e permanência estudantil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus Santana*, como parte dos requisitos para a obtenção do título Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARYELE FERREIRA CANTUÁRIA**
Data: 23/10/2025 11:05:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maryele Ferreira Cantuária


Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **WILLIANS LOPES DE ALMEIDA**
Data: 23/10/2025 06:50:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Willians Lopes de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Documento assinado digitalmente
 **CRISLAINE CASSIANO DRAGO**
Data: 23/10/2025 11:26:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Crislaine Cassiano Drago

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Aprovado em: 27 / 08 / 2025

KÁTIA SOLANGE MIRANDA NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
INSTITUTO
FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS SANTANA: análise dos fluxos informacionais
e impactos no acesso e permanência estudantil**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
MARYELE FERREIRA CANTUÁRIA
Data: 23/10/2025 11:05:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maryele Ferreira Cantuária
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Orientadora



Documento assinado digitalmente
WILLIANS LOPES DE ALMEIDA
Data: 23/10/2025 06:50:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Willians Lopes de Almeida
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá



Documento assinado digitalmente
CRISLAINE CASSIANO DRAGO
Data: 23/10/2025 11:26:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Crislaine Cassiano Drago
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Aprovado em: 27 / 08 / 2025

Dedico esse trabalho à minha família, por ser porto seguro no qual foi suporte para elaboração do presente trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de sabedoria, força e esperança, agradeço pela graça concedida em cada etapa desta caminhada acadêmica, pela saúde, pela perseverança e pela fé que me sustentaram diante dos desafios.

À minha família, expresse profunda gratidão pelo amor incondicional, pelo apoio constante e pela compreensão nos momentos de ausência. Foram eles o alicerce que me motivou a seguir firme nesta jornada.

À minha orientadora, Professora Doutora **Maryele Ferreira Cantuária**, agradeço pela dedicação, paciência, confiança e pelo vasto conhecimento compartilhado, que contribuíram de forma decisiva para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos novos amigos que o mestrado me presenteou, registro meu reconhecimento pela parceria, pelas trocas de experiências e pela solidariedade que tornaram essa trajetória mais leve e enriquecedora.

Aos colegas de turma do Mestrado de 2023, minha gratidão pela convivência, pelas discussões, pelos aprendizados coletivos e pelo espírito de colaboração que marcaram nossa caminhada conjunta.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho, deixo aqui o meu sincero muito obrigado.

“Porque cada um, independente das habilitações que tenha, ao menos uma vez na vida fez ou disse coisas muito acima da sua natureza e condição, e se a essas pessoas pudéssemos retirar do cotidiano pardo em que vão perdendo os contornos, ou elas a si próprias se retirassem de malhas e prisões, quantas mais maravilhas seriam capazes de obrar, que pedaços de conhecimento profundo poderiam comunicar, porque cada um de nós sabe infinitamente mais do que julga e cada um dos outros infinitamente mais do que neles aceitamos reconhecer.”

(José Saramago)

RESUMO

Esta pesquisa teve como premissa a análise dos fluxos informacionais e impactos no acesso e permanência estudantil das políticas públicas de assistência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá-IFAP, Campus Santana. Sendo um diferencial neste trabalho, identificar como se caracterizam os elementos que compõem os fluxos de informação e seus aspectos de influência, averiguando qual tipo de publicidade é utilizada para a divulgação dos projetos, programas e serviços disponibilizados aos discentes da Instituição, quanto, verificar como o IFAP disponibiliza aos discentes, informações específicas sobre a política de assistência educacional, Busca-se descrever a política de assistência estudantil, através de pesquisa documental, partindo da análise de dados, e procedimentos de investigação, em específico, do modelo de referência, da percepção dos alunos, em relação a execução da Política de Assistência Estudantil. Esta pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando elementos qualitativos e quantitativos possibilitando explorar aspectos objetivos e mensuráveis, assim como, subjetivos e interpretativos. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a pesquisa de opinião e análise documental, os sujeitos da pesquisa foram os alunos dos cursos de educação básica e técnico subsequente regularmente matriculados do ano de 2025, especificamente os maiores de idade. Os resultados da pesquisa demonstraram que, embora o IFAP disponha de uma política relativamente ampla, contemplando auxílios financeiros, apoio pedagógico, psicológico, cultural e esportivo, persistem dificuldades relacionadas aos fluxos informacionais, muitos estudantes relataram não compreender com clareza os editais, os prazos e os critérios de seleção, o que restringe a participação plena nos programas. Como resposta a essa problemática, foi desenvolvido um produto educacional com o objetivo de democratizar a comunicação institucional sobre a assistência estudantil. O produto consiste em dois materiais complementares: um vídeo informativo, elaborado com auxílio de ferramentas de inteligência artificial, e um folder impresso, contendo de uma forma organizada e clara as informações essenciais sobre os auxílios, bolsas e serviços ofertados. O vídeo, por seu caráter dinâmico e de fácil disseminação em ambientes digitais, possibilita maior alcance e engajamento entre os estudantes. O folder, por sua vez, atende àqueles que possuem acesso limitado a recursos tecnológicos, possibilitando que todos possam se informar adequadamente.

Palavras-chave: direitos; assistência estudantil; política educacional; fluxo informacional.

ABSTRACT

This research was premised on the analysis of information flows and impacts on student access and permanence of public policies for student assistance at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá-IFAP, Santana Campus. Being a differential in this work, to identify how the elements that make up the information flows and their aspects of influence are characterized, ascertaining what type of advertising is used for the dissemination of projects, programs and services made available to the students of the Institution, as well as to verify how IFAP makes available to students, specific information about the educational assistance policy, It seeks to describe the student assistance policy, through documentary research, based on data analysis, and investigation procedures, in particular, the reference model, the perception of students, in relation to the execution of the Student Assistance Policy. This research adopted a mixed approach, combining qualitative and quantitative elements, making it possible to explore objective and measurable, as well as subjective and interpretative aspects. We will use as data collection instruments the opinion survey and documentary analysis, we had as research subjects the students of the basic and subsequent technical education courses regularly enrolled in the year 2005, specifically the adults. The results of the research showed that, although IFAP has a relatively broad policy, including financial aid, pedagogical, psychological, cultural and sports support, difficulties related to information flows persist, many students reported not clearly understanding the notices, deadlines and selection criteria, which restricts full participation in the programs. As a response to this problem, an educational product was developed with the objective of democratizing institutional communication about student assistance. The product consists of two complementary materials: an informative video, prepared with the help of artificial intelligence tools, and a printed folder, containing in an organized and clear way the essential information about the aids, balls and services offered. Video, due to its dynamic character and easy dissemination in digital environments, enables greater reach and engagement among students. The folder, in turn, serves those who have limited access to technological resources, enabling everyone to be properly informed.

Keywords: access to rights; student assistance; educational policy; communication.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	11
1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Desinformação e Políticas Públicas	17
2.2	Acesso à Informação da População em Vulnerabilidade Social	20
2.3	Políticas de Assistência Estudantil	23
2.4	Políticas de Assistência Estudantil nos Institutos Federais	25
2.5	Políticas de Acesso dos Institutos Federais	28
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1	Tipo de pesquisa	30
3.2	Sujeitos da pesquisa	30
3.3	Instrumentos de coleta de dados	30
3.4	Abordagem da pesquisa	31
3.5	Análise de dados	32
3.6	Local da pesquisa	32
4.	RESULTADO E DISCUSSÕES	34
4.1	Análise dos editais de Assistência Estudantil	34
4.2	Fluxos informacionais e barreiras documentais	38
5	PRODUTOS EDUCACIONAIS	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL	56
	APÊNDICE B – VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	57

APRESENTAÇÃO

A escolha de um objeto de pesquisa, de modo geral, está intrinsecamente ligada ao histórico de vida individual, profissional, social e político do pesquisador. Ao estar inserido em um contexto social específico, o pesquisador vivencia determinadas experiências, que incidem diretamente na sua forma de construir e olhar o objeto de estudo, é uma ação intencional impregnada de questionamentos, limitações, desafios e anseios.

Duas motivações direcionaram meu interesse para a forma de divulgação da política de assistência estudantil. Primeiramente, a experiência pessoal de acesso ao ensino superior público, vindo de família humilde, exigiu a superação de inúmeras barreiras. A permanência na graduação só foi possível porquê, preste a desistir em função das limitações financeiras e habitacionais, houve o conhecimento e o acesso à política de assistência estudantil, que ofereceu o suporte determinante para o êxito no ensino superior.

Em segundo lugar, a atuação profissional no campo sócio-ocupacional da Assistência Social, atuando com populações em situação de vulnerabilidade decorrentes das desigualdades sociais que perpassam a sociedade brasileira, constatei em diversas ocasiões atuando em diferentes políticas (saúde, educação, criança e adolescente, previdência), que usuários elegíveis, que atendiam aos critérios para serem beneficiários, desconheciam a existência da política o que impossibilitava o acesso a programas, benefícios e serviços que eram disponibilizados. Essas experiências me fazem considerar que a comunicação ineficiente representa um entrave significativo para que as políticas sociais de um modo geral cumpram seu papel social de melhorar o nível geral das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade.

Esta dissertação está organizada em cinco seções principais, que articulam uma investigação sobre as políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal do Amapá, Campus Santana.

A Introdução contextualiza o tema, apresentando o problema de pesquisa e os objetivos do estudo pelo qual abordam como a assistência estudantil se configura como uma política pública, e para que se possa entender como a comunicação sobre essa política, pode ser um divisor de águas na vida de um estudante.

A Fundamentação Teórica discute os principais conceitos e teorias que fundamentam a análise, fornecendo uma base para a interpretação dos resultados e dos produtos educacionais apresentados e validados pela comunidade acadêmica do IFAP.

A Metodologia detalha os procedimentos e métodos utilizados para coleta e análise dos dados, garantindo a validade e confiabilidade dos achados e descritos de forma que possam ser replicados em pesquisas futuras.

A seção de Resultados e Discussão apresenta e interpreta os resultados da pesquisa, relacionando-os com a fundamentação teórica e discutindo suas implicações para os acadêmicos do IFAP que dependem de políticas públicas de assistência estudantil.

Por fim, as Considerações Finais sintetizam as principais conclusões e contribuições do estudo, seguidas pelas Referências Bibliográficas que fundamentaram a pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro representam um desafio persistente que afeta crianças e jovens em todo país. A falta de acesso a instituições de ensino de qualidade, a distribuição desigual de recursos educacionais e as disparidades de oportunidades entre as regiões mais abastadas e mais carentes contribuem para a perpetuação desse cenário (Alves, Soares e Xavier, 2016).

Adicionalmente, questões como falta de infraestrutura adequada nas escolas, a formação precária de professores e a desigualdade de gênero também desempenham um papel significativo neste cenário (Soares e Delgado, 2021). Tais disparidades impactam diretamente o desenvolvimento intelectual de muitos estudantes, dificultando sua trajetória acadêmica e profissional, para mitigar essa situação são imprescindíveis políticas públicas eficazes que visem a redução das desigualdades e o acesso equitativo à educação de qualidade para todos os brasileiros (Soares, Ernica e Rodrigues, 2019).

Na trajetória histórica do ensino superior no Brasil, constata-se que inicialmente a assistência estudantil foi restrita às elites, um pequeno grupo de privilegiados, entretanto, após a expansão de vagas que ocorreram entre as décadas de 1950 e 1970 (Franco, 2002), os filhos das camadas mais vulneráveis da sociedade chegam às universidades e adentram esse nível de ensino com muitas desvantagens, o que gerou organização dos estudantes para reivindicar apoio estatal que viabilizasse suporte aos alunos menos favorecidos no sentido de fornecer condições não só de acesso mais de permanência e saída exitosa da graduação. Essa movimentação impulsionou a criação políticas públicas que atendesse as reivindicações desta parcela de alunos (Imperatori, 2017).

Nesse contexto, a assistência estudantil emerge como uma política pública educacional essencial, integrante das ações afirmativas, fruto de muita luta dos movimentos sociais e estudantis, com diversos atores sociais envolvidos, tem caráter seletivo direcionado a estudantes atingidos por fragilidades sociais e econômicas. Ela se configura como um mecanismo fundamental para a efetivação do direito social à educação, visando fomentar a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, além disso, a assistência estudantil desempenha um papel crucial no acesso equitativo à educação, buscando também o apoio a redução de vulnerabilidades simbólicas historicamente impostas a estudantes de grupos específicos, com o objetivo de ampliar o acesso e permanência.

De acordo com Araújo (2003, p.99) a discussão sobre a assistência estudantil se faz de grande importância, uma vez que em nosso país, se verifica as maiores taxas de

desigualdades sociais, fato visível dentro universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser desenvolvida sob perspectivas diversas: de um lado como direito, e de outro, como investimento.

Diante desse panorama, observamos que as diferenças existentes na comunidade estudantil, podem impactar diretamente no desenvolvimento intelectual dos estudantes, dificultando suas trajetórias acadêmica e profissional. A assistência estudantil, portanto, assume grande relevância na política de prevenção e combate à “desigualdade social”, fato ainda latente em instituições de ensino, constituindo-se em um grande desafio de consolidar o direito universal à educação como preceituado em nossa constituição federal.

Um dos preceitos do código de ética do assistente social em seu artigo quinto, indica como um dos deveres na relação com o usuário, dentre outros: “contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais e (...) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, bem como um dos mecanismos indispensáveis à participação do usuário. Deste modo, nosso olhar está sempre orientado para identificar possíveis entraves na comunicação, buscando aproximar o usuário da política, pois, compreendemos que os serviços, programas e benefícios são direitos do cidadão e dever do Estado.

Esse contexto sugere que a questão dos fluxos informacionais das políticas públicas deve ser observada com atenção, para que a comunicação entre as políticas sociais e seus beneficiários se dê de modo eficaz. A comunicação atua então nas políticas públicas como meio necessário para a divulgação das etapas e a mobilização dos envolvidos. Seu objetivo principal é a diminuição das barreiras entre os governantes e governados, no intuito de disseminar as informações contidas e preconizadas em lei (Saldanha, 2006).

Para que qualquer política pública para ser efetiva, ela precisa alcançar o usuário que dela necessita, e uma das medidas essenciais é informar o beneficiário sobre a existência da política. Neste sentido, um dos instrumentos cruciais para sua efetivação é uma ampla divulgação dos programas, benefícios e serviços disponibilizados. A comunicação atua então nas políticas públicas como meio necessário para a divulgação das etapas e a mobilização dos envolvidos. Seu objetivo principal é a diminuição das barreiras entre os governantes e governados, no intuito de disseminar as informações contidas e preconizadas em lei (Saldanha,2006).

Mais do que transmitir a mensagem, é primordial estabelecer meios adequados de atingir os públicos de interesse. Neste sentido, os instrumentos de comunicação dirigida representam competentes aliados das organizações públicas na sua aproximação com o cidadão e na possibilidade de atingir melhores resultados comunicativos (Gerzson & Müller, 2009, p.64).

Considerando as afirmações dos autores, julgou-se importante trazer para o palco de nossas reflexões a comunicação entre as políticas públicas e seus beneficiários, especificamente no caso da política de assistência estudantil, pois, pela experiência adquirida nas atividades profissionais e como beneficiária da política de assistência estudantil, podemos inferir que existem dificuldades na comunicação entre a política pública e a população demandatária.

Esta pesquisa apresentou como problema as seguintes indagações, quais as Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana? Ainda objetivando suscitar através de pesquisa documental, discussão em específico, sobre os fluxos informacionais das políticas públicas de assistência estudantil implementadas no Instituto, enquanto conhecimentos essenciais para a qualidade do progresso educacional. Pretendeu-se, ainda, elucidar como se encontra a opinião dos alunos, sobre os programas de assistência ao educando, metodologia de comunicação, tecnologia de informação; conhecimentos sobre direitos e garantias do estudante, entre outros, verificar, quais são os fatores determinantes utilizados pelo IFAP, no processo de divulgação da política educacional, e se há planejamento institucional, focado na democratização do acesso às informações acadêmicas pelos discentes na instituição.

Em suma, com os resultados da pesquisa, intencionou-se, diagnosticar, se as estratégias de divulgação das políticas de assistência estudantil veiculadas no IFAP, campus Santana, estão alcançando os alunos em sua totalidade, e, se há filtros estratégicos para identificar, e incluir, estudantes em situação de vulnerabilidade social, considerando a diversidade existente no Campus, assim como, todas as possibilidades que se colocam com as inovações tecnológicas e as ferramentas existentes, a fim de aprimorar a comunicação entre o usuário e a política educacional, possibilitando o acesso à aos programas, serviços e projetos ofertados.

E assim, considerando o contexto explicitado a investigação teve como objetivo geral analisar os fluxos informacionais e o processo de divulgação das Políticas de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá/Campus Santana, avaliando suas contribuições para acesso, permanência e sucesso dos estudantes na

educação profissional.

Como objetivos específicos buscou-se: Identificar as políticas de assistência estudantil disponíveis no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana; Analisar as formas, os canais e as estratégias de divulgação das políticas de assistência estudantil adotadas no campus Santana, verificando sua eficácia e alcance entre os diferentes públicos; Investigar a percepção dos alunos sobre a clareza, acessibilidade e relevância das informações divulgadas sobre as políticas de assistência especificamente sobre um produto educacional que contribua para o desenvolvimento de fluxos informacionais mais adequados à consecução dessas políticas.

A relevância dessa pesquisa está em colocar em pauta um aspecto pouco estudado considerando que não constatamos a existência de investigação focada nos elementos e aspectos que compõem os fluxos de informação referentes às políticas de assistência estudantil do referido instituto, essa pesquisa pode contribuir para uma gestão mais assertiva destas políticas a partir dos dados obtidos, possibilitando a identificação de entraves e o desenvolvimento de soluções que superem as barreiras e se estabeleçam fluxos mais adequados à consecução das políticas de assistência estudantil, assim como, suscitar novas pesquisas sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos que serviram de embasamento conceitual e teórico para a realização da pesquisa, dando-lhe credibilidade, orientação e direcionamento, contribuindo para a relevância dos resultados na área de conhecimento em questão. As teorias aqui discutidas forneceram a base conceitual necessária para compreender os marcos legais da assistência estudantil e a relevância dos fluxos informacionais na efetivação desta política.

A partir desse conjunto teórico, buscou-se construir uma base sólida para análise dos dados, e ainda, realizar levantamentos documentais, suscitar reflexões teóricas e, selecionar revisões bibliográficas, capazes de delimitar a exploração de conceitos, normas e definições dos termos fundamentais que sustentam a finalidade da assistência estudantil.

2.1 Desinformação e Políticas Públicas

A era atual é marcada pela rápida evolução da comunicação e da informação, com o avanço tecnológico em especial da internet e das redes sociais, as pessoas estão cada vez mais conectadas, a disseminação de informações e a interação entre indivíduos de diferentes partes do mundo tornaram-se instantâneas, o que são aspectos positivos do progresso tecnológico, entretanto, também adveio pontos negativos que impactam todo o corpo social. Dentre eles destacamos a desinformação que se constitui como um dos grandes problemas em escala mundial, o que tem impactado na dinâmica das relações sociais, apresentando-se como um fenômeno de grande complexidade e de difícil mitigação. Nesses termos Gomes (2021) informa que:

O Estado é responsável pela formulação de políticas públicas, tendo em vista a necessidade de concretização dos diversos direitos sociais previstos na Constituição Federal. Estabelecer esses planos de ação que visam concretizar metas socialmente relevantes é um processo complexo, que envolve a montagem da agenda, com identificação dos problemas que precisam de atenção estatal: a formulação de políticas, por meio de propostas de soluções aos problemas identificados; a tomada de decisão política, com a definição de qual das soluções possíveis será colocada em prática; a implementação efetiva da política escolhida e posterior avaliação, a fim de verificar se os resultados esperados estão sendo alcançados (Gomes,2021, p. 28).

A desinformação, impulsionada pela velocidade e alcance das mídias digitais, tornou-se um desafio central para a formulação e implementação de políticas públicas

eficazes. A comunicação em massa tradicional, com seu controle vertical, está sendo substituída por uma comunicação horizontal, interativa e em rede" [Castells, 2012]. Essa mudança estrutural na comunicação facilita a disseminação de informações falsas, que podem influenciar a opinião pública e distorcer o debate político. Conseqüentemente, os formuladores de políticas enfrentam o desafio de combater a desinformação, garantindo que as decisões sejam baseadas em evidências sólidas e fatos verificáveis.

A disseminação de desinformação no Brasil tem se tornado uma preocupação crescente para a democracia e a eficácia das políticas públicas. Segundo Gomes (2021), as fake News têm impactado negativamente áreas como saúde, educação e meio ambiente, prejudicando a adesão da população a políticas públicas comprometendo a confiança nas instituições governamentais. A autora destaca que a propagação de informações falsas pode gerar desconfiança nas ações do Estado e dificultar a implementação de políticas públicas eficazes:

Zelar para que as informações que chegam à população sejam corretas. A disseminação de notícias falsas, sejam elas propaladas com a intenção de causar dano, pode trazer prejuízos e comprometer a eficiência das políticas públicas. Em algumas situações, a queda de desempenho, deriva da disseminação de fake news é nítida. O caso mais notório é o do Programa Nacional de Imunização (Gomes, 2021, p. 29).

A relação entre desinformação e políticas públicas no Brasil é complexa, com implicações para a confiança nas instituições e a polarização social. Segundo Sérgio Amadeu da Silveira, a lógica algorítmica das redes sociais pode intensificar a disseminação de desinformação, criando "bolhas" informativas e dificultando o diálogo democrático [Silveira, 2019]. As políticas públicas, portanto, devem abordar não apenas a verificação de fatos, mas também a promoção da educação midiática e a regulação das plataformas digitais para garantir a integridade informacional.

Cabe entender que a divulgação acaba sendo um fator relevante no que toca à eficácia de políticas públicas elaboradas neste sentido, sendo que a comunicação governamental "cria mecanismo para que a população tome conhecimento dos planos estatais, das campanhas em andamento e possa aderir, de modo a contribuir para que os resultados esperados sejam alcançados (Gomes, 2021, p.29).

Além disso, a desinformação pode ser utilizada como ferramenta para minar a legitimidade das políticas públicas e desestabilizar instituições democráticas no Brasil. Como observa Pereira, a desinformação pode ser utilizada para manipular eleições e influenciar a

agenda política, o que exige uma resposta robusta das instituições democráticas (Pereira, 2018). Essa dupla face das mídias digitais no contexto brasileiro exige políticas públicas flexíveis e adaptáveis, capazes de responder rapidamente a novas ameaças. A colaboração entre governo, sociedade civil e plataformas de mídia social é essencial para desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação e garantir a integridade do debate público.

Neste sentido, podemos afirmar que a “forma” como é concebido o problema de implementação de uma política pública é moldada a partir de uma análise das demandas da sociedade. Cabe destacar que dois pontos são fundamentais no momento da implementação, primeiro deve se estabelecer se a natureza do problema é administrativo organizacional e se sua resolução depende da especificação de objetivos e do controle de seus subordinados. Já no segundo momento, deve-se analisar se o problema de implementação decorre de conflito de interesses. A solução para os problemas de implementação é construir instituições que criem um contexto de cooperação para participantes (Gonçalves, *et al.* 2017, p.30).

A resposta institucional à desinformação no Brasil tem se materializado em iniciativas e projetos de lei, como o projeto de Lei nº 2630/2020, conhecido como lei das Fake News. Estrela, Santana e Miranda (2022), discutem a importância dessa legislação para regulamentar as plataformas digitais e responsabilizar os agentes envolvidos na disseminação de notícias falsas, visando proteger a integridade do debate público e a confiança nas políticas públicas. Além da regulação legal, a educação digital emerge como uma estratégia fundamental no combate à desinformação. Esteves e Queiroz (2024) enfatizam que políticas públicas de educação digital são essenciais para capacitar a população a identificar e questionar informações falsas, promovendo um ambiente informativo mais saudável e democrático.

Portanto, mesmo existindo projetos de lei que pretendem regular as *Big Techs* e trazer medidas que auxiliem na mitigação da desinformação, acredita-se que o esforço coletivo viabilizado por intermédio das políticas públicas torna-se necessário (Secchi; Coelho, Pires, 2022).

Neste sentido, a atuação proativa das instituições governamentais é crucial para mitigar os impactos da desinformação. Gomes (2021), sugere que o fortalecimento da transparência, a promoção de canais de comunicação oficiais e a colaboração com iniciativas de checagem de fatos são medidas eficazes para combater as fake news e restaurar a confiança da população nas políticas públicas. O que sugere que o enfrentamento da desinformação no Brasil requer uma abordagem multifacetada que inclua regulação legal, educação digital e ações coordenadas.

2.2 Acesso à informação da população em vulnerabilidade social

O acesso à informação para populações em vulnerabilidade social no Brasil é um desafio complexo, marcado por desigualdades estruturais e barreiras multifacetadas. Segundo Pereira, a falta de acesso à informação de qualidade pode agravar as desigualdades existentes, limitando a capacidade dessas populações de exercerem seus direitos e participarem plenamente da sociedade [Pereira, 2018]. Essa exclusão informacional não apenas impede o acesso a serviços essenciais, mas também dificulta a participação política e a busca por melhores condições de vida.

O acesso à informação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação – LAI). No entanto, populações em situação de vulnerabilidade social enfrentam barreiras significativas para exercer esse direito, o que compromete sua participação plena na sociedade e o exercício da cidadania.

Segundo Vitorino:

A vulnerabilidade informacional é caracterizada pela incapacidade de indivíduos ou grupos acessarem, compreender e utilizar informações de forma eficaz, o que os impede de tomar decisões informadas e de acessar serviços e direitos essenciais. Essa condição é particularmente prevalente entre pessoas em situação de rua, indígenas, idosos e comunidades periféricas (Vitorino, 2023).

A exclusão digital é um dos principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade informacional. De acordo com Nemer (2013), às comunidades marginalizadas, como favelas, enfrentam dificuldades no acesso à internet e a dispositivos tecnológicos, o que limita sua capacidade de acessar informações on-line, participar de processos democráticos e aproveitar oportunidades educacionais e laborais. Essa exclusão digital acentua as desigualdades sociais e impede que esses grupos usufruam dos benefícios das políticas públicas disponíveis. Além disso, a falta de competência informacional agrava a situação.

Ainda em Vitorino:

Destaca que a competência informacional envolve habilidades para localizar, avaliar e utilizar informações de maneira ética e eficaz. Sem essas habilidades, indivíduos em situação de vulnerabilidade social têm dificuldade em acessar e interpretar informações sobre seus direitos, serviços públicos e oportunidades, o que perpetua seu estado de exclusão e fragilidade social (Vitorino, 2023).

As políticas públicas desempenham um papel crucial na mitigação da vulnerabilidade informacional. Apesar da lei de acesso à informação ser um marco legal

muito importante, que visa garantir a transparência e o direito à informação. No entanto, sua efetivação depende da implementação de ações que considerem as especificidades das populações vulneráveis. Alves (2018) argumenta que a LAI deve ser acompanhada de estratégias de inclusão digital e educação informacional para que seu impacto seja efetivo entre os grupos em situação de vulnerabilidade.

Equipamentos como os telecentros e as bibliotecas públicas podem desempenhar um papel fundamental neste contexto, capazes de ajudar no propósito de democratizar o acesso e o uso da informação junto a segmentos sociais vulneráveis. Spudeit e Vitorino (2023) ressaltam que as bibliotecas podem servir como espaços de inclusão e informacional, oferecendo acesso a tecnologias, promovendo a alfabetização digital e informacional, atuando como mediadoras no processo de empoderamento informacional das populações vulneráveis. Essas instituições presentes em todo o País podem desempenhar um papel estratégico na promoção da cidadania e na redução das desigualdades informacionais.

A esse respeito Cunha:

A sociedade da informação, nos diferentes espaços geográficos em que vem sendo concebida, atribui à biblioteca pública a missão especial de assegurar a democratização do acesso em rede, a oferta de produtos e serviços de qualidade que contribuam para diminuir as desigualdades sociais e estimular os usuários a utilizar a Internet como instrumento de ampliação de conhecimentos e convivência (Cunha, 2003)

Além disso, a participação social é essencial para o aprimoramento das políticas públicas de acesso à informação. Barros (2019), destaca que a efetiva participação dos cidadãos na gestão pública contribui para a criação de políticas mais inclusivas e sensíveis às necessidades das populações vulneráveis. A lei de acesso à informação, ao possibilitar o controle social, deve ser acompanhada de ações que incentivem a participação ativa desses grupos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões políticas.

A integração entre políticas públicas, educação informacional e inclusão digital é, portanto, essencial para garantir o acesso à informação por populações em situação de vulnerabilidade social. Vitorino (2023), propõe um framework que conecta indicadores sociais e de vulnerabilidade social à avaliação da competência informacional, visando orientar a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas desses grupos. Essa abordagem integrada permite uma compreensão mais holística da vulnerabilidade informacional e contribui para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e inclusivas.

Em síntese, o acesso à informação por populações em situação de vulnerabilidade social no Brasil é um desafio multifacetado que requer a articulação de políticas social no

Brasil é um desafio multifacetado que requer a articulação de políticas públicas, ações de inclusão digital, educação informacional e participação social. Somente por meio de uma abordagem integrada será possível reduzir as desigualdades informacionais e promover a cidadania plena para todos os cidadãos, independentemente de sua condição social.

Silveira, destaca que a concentração do poder informacional nas mãos de grandes corporações tecnológicas pode aprofundar a exclusão digital e a desinformação, afetando principalmente as populações mais vulneráveis (Silveira, 2019). Nesse sentido, políticas públicas que promovam a inclusão digital e a alfabetização midiática são essenciais para garantir que todos os cidadãos tenham acesso à informação relevante e confiável.

Além disso, a produção e disseminação de informações em formatos acessíveis e culturalmente relevantes são cruciais para alcançar as populações em vulnerabilidade social. Como afirma Castells, a comunicação em rede pode ser uma ferramenta poderosa para a mobilização social e a defesa de direitos, desde que haja igualdade de acesso e participação (Castells, 2012). No contexto brasileiro, isso implica considerar a diversidade cultural e linguística das populações vulneráveis, bem como as especificidades de cada território.

Em suma, o acesso à informação para populações em vulnerabilidade social no Brasil requer um esforço coordenado e multidisciplinar, envolvendo políticas públicas, iniciativas da sociedade civil e ações das próprias comunidades. É necessário garantir não apenas o acesso à infraestrutura digital, mas também a produção e disseminação de informações relevantes, acessíveis e culturalmente adequadas, promovendo a inclusão digital e a participação cidadã.

Nesta era da comunicação e informação é essencial desenvolver habilidades de discernimento para filtrar as informações recebidas e utilizar as ferramentas digitais de forma consciente, a capacidade de se adaptar às constantes mudanças tecnológicas e de manter uma comunicação clara e empática com os outros são aspectos fundamentais para navegar com sucesso nesse universo cada vez mais conectado Política de Assistência Estudantil

Antes de abordar o tema acerca da educação como política de auxílio estudantil, é importante considerar alguns conceitos essenciais relacionados à questão, tais como os direitos sociais e a política social. Não temos a intenção de realizar uma análise aprofundada sobre a origem e fundamentos históricos, ou, filosóficos destes conceitos, mas, fornecer ao longo do projeto, informações relevantes para que haja compreensão coletiva acerca da proposta do programa de assistência estudantil não ser interpretado como algo assistencialista, mas, concebido, enquanto direito legítimo de todos os estudantes que dela necessitar. Para isso, serão apresentadas diferentes definições de direitos sociais e políticas sociais, conforme a visão de diversos estudiosos, além, da citação de um breve esboço, demonstrando, as

diversas evoluções de acesso destes direitos ao longo do tempo.

De acordo com Marcolino (2018), primeiramente, indica-se que a educação inserida na sociabilidade capitalista, tende a ser um mecanismo de reprodução e manutenção da hegemonia do capital. Assim, percebe-se que esta política está voltada, primariamente, aos interesses do mercado de trabalho e, portanto, há uma relação estreita entre trabalho e educação. “A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Estudantil”, pois, ambas surgem a partir dos movimentos sociais, que lutaram pelo fim do regime militar e pela implantação da democracia no País.

Entre as décadas de 1950 e 1970, ocorreu uma grande expansão da educação superior no Brasil. Na análise de Vasconcelos (2010, p.401), entre as décadas de 50 e 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada Estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares, mas foi na década de 1970 que o ensino superior se expandiu, resultando na ampliação do número de matrículas de 300 mil, em 1970, para um milhão e meio, em 1980 (Marcolino, 2018, p. 20).

Segundo a autora, com a ampliação de vagas a juventude das classes mais baixas, não sem muito esforço, passam a ter maior acesso à universidade, diante das dificuldades vivenciadas esses estudantes passaram a reivindicar e lutar para que lhes fossem garantidas condições mínimas de permanência nas instituições de ensino, colocando-se demandas por ações que auxiliassem esses estudantes a permanecerem nas instituições e pudessem concluir a graduação.

De acordo com Mézaros (2005) uma educação para “além do capital” só pode ser pensada quando atrelada a um conjunto de transformações macrosociedadeiras, no sentido de romper com a lógica do capital. Dentro deste contexto, Marcolino (2018) exemplifica, que a educação institucionalizada,

Especialmente nos últimos 150 anos, serviu, no seu todo, ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’, isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos, ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mézaros, 2005, p. 35 apud Marcolino, 2018, p. 25).

Para Cordeiro (2023), a política de assistência estudantil é fruto de um grande processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis, representa a junção da assistência social com a educação. O autor aponta como uma das primeiras ações para assistir aos

estudantes a implantação da casa do Estudante brasileiro em Paris em 1928, no governo de Washington Luís, neste caso em atendimento às demandas dos filhos das elites brasileiras. Esse processo de consolidação dessa política é marcado por desafios e proposições pertinentes aos processos de mudanças vividos pela sociedade contemporânea. Em território nacional.

Aponta-se como a primeira ação de assistência estudantil a criação da Casa do Estudante do Brasil, instalada no Rio de Janeiro, na década de 1930. Foi nesta moradia, que diante de inúmeras dificuldades os estudantes começaram a se articular ao perceber a necessidade de uma organização política de âmbito nacional que representasse os estudantes na luta por assistência aos estudantes. Esse movimento deu origem a União dos estudantes (UNE), que passou a atuar fortemente na luta por direitos aos estudantes (Cordeiro, 2023, p. 30).

Na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), afirma-se que a educação é dever do Estado e da família (Artigo nº205) e tem como princípio a igualdade de acesso e permanência na escola (Artigo nº 26). Outra normativa importante, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), em seu artigo terceiro, que afirma: “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola”.

Porém, explicita Cordeiro (2023), em uma sociedade com profundas desigualdades o acesso e permanência não se efetuam de forma equânime”. O autor considera que é urgente a necessidade de criar mecanismos que garantam o acesso e a permanência dos ingressantes, reduzindo o efeito das desigualdades apresentados por um conjunto de estudantes provenientes dos segmentos mais pauperizados e excluídos economicamente. Por conseguinte, Cordeiro destaca, que a chamada constituição cidadã de 1988, trouxe muitos avanços sociais para a população brasileira e concerne-se como marco legal da assistência estudantil, trazendo em seu bojo a inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos.

Art. 205- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A educação passa a ser então um direito público, que deve ser acessível e beneficiar todas as classes sociais, sem qualquer tipo de discriminação. Considerando que a sociedade brasileira se caracteriza por grandes desigualdades sociais é necessário que o Estado intervenha através de políticas públicas na área educacional para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (Cordeiro, 2023, p. 38).

Portanto, sobre as considerações dos autores, faz-se salutar, compreender, que, como a grande maioria dos direitos, a conquista dos direitos sociais foi produto de diversas reivindicações e lutas de movimentos sociais ao longo de séculos, lutas dos mais fracos, dos

carentes, dos trabalhadores, dos explorados e dos que eram colocados à margem da sociedade industrial, cada um com sua particularidade, necessidade e diante do seu momento histórico.

2.3 Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais

O Ministério da Educação (MEC/Brasil, 2007) instituiu em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presencial das Ifes, o programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir áreas e ações e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ifs do Brasil. Na análise de Vasconcelos (2010), foi implementada a partir do ano de 2008^a:

Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil e a partir, quanto ao direito voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (Vasconcelos, 2010, p. 405).

Segundo Carvalho (2022), a Assistência Estudantil é algo que ultrapassa o atendimento às carências materiais e financeiras do Estudante. Assistir a um estudante é proporcionar-lhe o acesso às vantagens sociais, como saúde (física e psicológica), esporte, lazer, moradia digna, transporte e cultura, principalmente ter ações que minimizem as desigualdades sociais impostas pela pobreza.

No ano de 2010 o PNAES passou a ser regido por meio do Decreto nº7.234, de 19 de julho de 2010, trazendo mais estabilidade ao programa por passar a ter ordenamento jurídico mais consolidado, ampliando o público-alvo no programa que passou a abranger além dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifs), levando-se em conta suas especificidades e as áreas de ensino, pesquisa e extensão, assim com, as necessidades do seu corpo docente (Carvalho, 2022, p. 45).

A assistência estudantil tem grande relevância no âmbito dos Institutos Federais de Educação, seguem os princípios estabelecidos pelo PNAS, porém, tem autonomia para considerando a especificidade de cada um, estabelecer seus programas, projetos e benefícios de acordo com seu público alvo, mandatário dessa política, buscando atender as necessidades dos discentes de forma integral, não os considerando de forma fragmentada, já que somos complexos com amplas necessidades. A intenção é abranger ações que perpassam por várias áreas dos direitos sociais, transpondo a questão do mero assistencialismo, a fim de desenvolver sujeitos autônomos, com consciência crítica e cidadã, atuantes em suas

realidades.

Em síntese, conforme Assis (2013) seria de grande relevância pesquisas dessa temática, principalmente envolvendo estudos sobre a avaliação, monitoramento e impacto das políticas de Assistência Estudantil. Concordando com Assis (2013), Carvalho (2022) refere-se a esta temática:

Como um tema pouco estudado apesar da importância que representa no ensino superior. Zago (2006) e Portes (2006) estudaram a trajetória de estudantes de camadas populares no ensino superior e deixam claro em seus estudos as desigualdades sociais, a dificuldade com a permanência e a discriminação e constrangimentos que passam os estudantes com vulnerabilidade econômica (Carvalho, 2022, p. 50).

Carvalho além de propor, fornece, desta forma elementos som ativos para debates nas Instituições de Ensino que possuam discentes em estado de vulnerabilidade. Promovendo nesse contexto, a forma um autêntico diálogo mais dinâmico sobre as mudanças no processo de ensino e aprendizagem dos alunos atendidos pelo SAE. Assim, apesar de conquistas e avanços no que se refere a assistência estudantil, nota-se que existe uma lacuna grande na produção do conhecimento científico que busque entender sobre o tema. Neste sentido, a pesquisa busca, dentre outras coisas, explicitar as condições reais da de acesso à assistência estudantil em campus de IFES.

Ainda, segundo Carvalho (2022), a política de assistência estudantil como princípios básicos, a integralidade de atenção ao estudante e a equidade social, introduzindo ainda o acompanhamento e a avaliação como instrumento básico na formulação e execução dessa política. Sob essa concepção, a assistência estudantil se constitui como um importante instrumento para garantir ações que visem acesso e permanência dos estudantes da classe trabalhadora na universidade, de forma qualificada. Para o autor “a assistência estudantil trouxe novidades à incorporação da assistência social à educação de nível superior, na medida em que compreende o acesso colado à permanência do estudante na universidade” (Carvalho, 2022, p. 55).

Em suma, os autores em suas abordagens, despertam reflexão, sobre uma política de combate às desigualdades sociais, na medida em que essas ações afirmativas, ainda que frágeis, tem possibilitado a estudantes oriundos da classe trabalhadora, não somente o ensino superior, mas também, condições que favorecem uma formação ampla e comprometida com a cidadania. Sobre estas questões, Cislagui e Silva (2012), ressaltam, que,

A política de assistência estudantil é um mecanismo de combate às desigualdades sociais, democratizar condições para o que os jovens possam se ingressar no ensino superior público federal. Neste sentido, os programas de cotas e bolsas têm contribuído para que esse público tenha acesso à educação superior em diferentes níveis (Ibdem).

Cotas e bolsas citadas pelos autores fazem parte das políticas afirmativas, que desempenham um papel crucial na promoção da igualdade e na correção de desigualdades históricas, permitem o acesso ao ensino superior e auxiliam na permanência e saída exitosa dos discentes oriundos das classes mais vulneráveis, são estratégias planejadas para garantir que grupos historicamente marginalizados, tenham acesso a oportunidades que muitas vezes lhe foram negadas, em sintonia com a assistência estudantil ratificam a importância de fortalecer e lutar pela ampliação de mecanismos que dê suporte a trajetória acadêmica de alunos oriundos da classe que vive de sua força de trabalho, sendo fundamental para permitir condições mínimas de acesso, permanência e saída exitosa dentro do sistema de formal ensino.

2.4 Políticas de acesso dos Institutos Federais

O acesso à educação profissional no Brasil tem sido objeto de discussão e formulação de políticas públicas significativas ao longo dos últimos anos. A educação profissional no Brasil tem ganhado crescente relevância nas últimas décadas, sobretudo com a expansão e consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Criados pela Lei nº 11.892/2008, os IFs surgem como elementos centrais de uma política de democratização do ensino, articulando formação técnica e tecnológica com o desenvolvimento regional. Segundo Frigotto (2010), esses institutos representam uma ruptura com a visão fragmentada da educação profissional ao integrar formação geral, técnica e cidadã.

No contexto da educação básica, técnica e superior, os IFs têm sido protagonistas na ampliação do acesso da classe menos favorecida ao ensino público e gratuito, com qualidade. Para além da formação técnica, esses institutos se propõem a formar sujeitos críticos e atuantes socialmente. Como destaca Diniz-Pereira (2016), " os IFs cumprem papel fundamental na promoção da equidade, ao oferecerem formação a segmentos historicamente excluídos do sistema educacional" (p. 102).

Expandir, interiorizar e consolidar a rede de Institutos Federais e Universidades Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação, Profissional, Tecnológica e Superior; promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais (Brasil, 2013,n.p.)

Uma das principais conquistas no âmbito dos IFs é a implementação de ações afirmativas, que visam combater desigualdades sociais e raciais por meio da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos, índios e pessoas com deficiência. Tais medidas encontram respaldo na Lei nº 12.711/2012 e têm sido efetivamente operacionalizadas nas seleções dos cursos técnicos e superiores. Segundo Santos e Silva (2021), " as ações afirmativas nos IFs são mecanismos de justiça histórica que, ao mesmo tempo, ampliam a diversidade e enriquecem o ambiente acadêmico" (p. 44).

As políticas de cotas nos Institutos federais representam um marco na promoção da inclusão educacional no Brasil, essas políticas visam democratizar o acesso ao ensino superior e técnico, reservando 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o

ensino médio em escolas públicas. Dentre essas vagas, uma parte é destinada a candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, com base nos percentuais estabelecidos pelo último censo demográfico do IBGE.

Para Fernandes (2015):

Entende que a lei de cotas (Lei nº 12.711), foi uma conquista que surgiu como forma de corrigir mais de quinhentos anos de retirada de direito, e ela foi um re-sultado de anos de lutas de movimentos sociais, principalmente o Movimento Negro, que lutaram pela garantia do direito à educação.

A implementação dessas políticas têm contribuído para a construção de uma educação mais inclusiva. Pesquisas recentes apontam que, após a adoção das cotas, houve aumento significativo na presença de estudantes negros e oriundos de famílias de baixa renda nos cursos dos IFs (Gomes, 2020). Isso indica avanços concretos na direção da democratização do acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Entretanto, os desafios persistem. A permanência estudantil, a escassez de recursos e a resistência a políticas de inclusão ainda são obstáculos para a plena efetivação do direito à educação. Conforme observa Belloni (2012), é necessário compreender que " a inclusão educacional não se resume ao ingresso, mas pressupõe condições reais de permanência e sucesso escolar" (p. 88).

Para superar essas barreiras, iniciativas como programas de assistência estudantil e acompanhamento pedagógico são essenciais. Segundo Oliveira e Andrade (2019), a política de permanência é tão relevante quanto à de ingresso, pois garante que os estudantes possam concluir seus cursos com qualidade e dignidade" (p. 57). Essas medidas estão em consonância com a proposta pedagógica de desenvolvimento integral do aluno

Os Institutos Federais têm desempenhado papel relevante na consolidação da educação profissional como um direito social e como vetor de desenvolvimento regional e inclusão social. A implementação de ações afirmativas, somada a políticas de permanência, reforça o compromisso com a equidade, a justiça e a transformação social por meio da educação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de Pesquisa

Sobre a natureza da pesquisa, pode-se classificá-la como pesquisa aplicada, pois, tem como objetivo produzir conhecimento para aplicação em uma realidade específica, através da elaboração de um produto educacional.

Segundo Gil, a pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos (p. 25 e 26).

Para auxiliar na descrição das políticas de assistência estudantil disponíveis no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana.

Foi realizada uma pesquisa documental com o intuito de identificar informações a partir de questões e hipóteses de interesse, no caso específico deste projeto, a pesquisa documental possibilitará, ainda, a análise dos programas de divulgação de mídias sociais utilizadas para a assistência estudantil no Campus Santana do IFAP.

3.2 Sujeitos da pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram os alunos da educação básica e técnico subsequente, maiores de idade, regularmente matriculados e frequentando a instituição, correspondente ao ano de 2025.

Quanto à avaliação do produto educacional utilizou-se o *google forms*, objetivando avaliar a usabilidade do produto educacional, e conhecendo a opinião dos alunos participantes.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

A pesquisa de opinião se destaca como um método eficaz para coletar dados em pesquisas, pois, tem capacidade de captar a percepção pública sobre determinados temas, através de questionários estruturados ou entrevistas.

Foi possível obter informações valiosas sobre as opiniões, atitudes e comportamentos de um grupo específico permitindo ao pesquisador compreender as tendências e os padrões de

pensamento em relação ao objeto de estudo.

Santos, Gracioso e Amaral (2018) destacam a importância da pesquisa de opinião ao afirmar que ela possibilita “mapear os pontos que buscamos esclarecer, através desta pesquisa, foram investigados através de uma pesquisa de opinião, garantido o anonimato, através de um questionário com perguntas semiestruturadas que foram respondidas de forma direta seguindo a orientação definida no site do *Google Forms* de forma direta e organizada em perguntas foram postas de formas temática.

3.4 Abordagem da Pesquisa

Uma característica essencial, observada na seleção do tipo de pesquisa para este trabalho, inclui, a percepção da facilidade em produzir conhecimento, e gerar compreensão da realidade existente na Instituição campo de investigação, ou seja, ao averiguar os supostos problemas que interferem na execução da política de assistência estudantil do IFAP.

Foi possível, conquistar resultados concretos, que contribuiriam com a redução das desigualdades sociais e educacionais, visando sempre a garantia do direito a educação para todos no âmbito institucional.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa quali quantitativa, de caráter descritiva, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário semiestruturados pautada na abordagem qualitativa objetivando identificar a percepção dos discentes acerca da assistência estudantil como garantia de direitos.

Por compreender, que ambas as abordagens proporcionam a exploração de forma mais abrangente dos aspectos objetivos e mensuráveis, assim como, dos aspectos subjetivos e interpretativos da pesquisa, proporcionando uma compreensão mais completa e aprofundada dos resultados. Segundo estas afirmativas, Dal-Farra e Lopes (2013) defendem que:

(...) a construção de estudos com métodos mistos pode proporcionar pesquisa de grande relevância para a educação como corpus organizado de conhecimento, desde que os pesquisadores saibam identificar com clareza as potencialidades e as limitações no momento de aplicar os métodos em questão (Dal-Farra, Lopes, 2013, p. 71).

As fontes de dados serão os regulamentos internos do IFAP que direcionam o trabalho da Assistência Estudantil. Também serão observados os editais direcionados aos alunos do Campus Santana, observando especificamente os objetivos dos mesmos, valores destinados e efetivação da busca por esses recursos.

Para complementar as informações, será realizada uma entrevista estruturada com os servidores que atuam no setor Assistência Estudantil e aplicação de questionário com os alunos dos cursos superiores maiores de idade.

3.5 Análise de Dados

Os dados serão sistematizados em quadros analíticos de elaboração própria feitos em editor de texto (word). Posteriormente, utilizar-se-á como base científica e mensuração qualiquantitativa, a construção de quadros analíticos, partindo do roteiro de entrevistas elaboradas para subsidiar a entrevista com os sujeitos pesquisados.

Optou-se, também, pela análise de dados, a partir da utilização da Análise de Conteúdo (AC). Segundo Bardin (2015), a AC constitui-se como um conjunto de técnicas que visam obter informações por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo que permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção.

Para Bardin (2015), a AC por ser muito didático facilita a sequência de atividades e tarefas a serem seguidas na análise dos dados qualitativos.

E, por compreender a entrevista como uma forma de testemunho com descrição da realidade que ainda não é familiar ao pesquisador, nesse tipo de entrevista, coloca-se a perspectiva do entrevistado no centro da conversa.

Segundo Bertaux (2010), por meio desse instrumento de coleta de dados busca-se encontrar o que há de particular e o que há de geral no comportamento humano.

3.6 Local da Pesquisa

A pesquisa terá como lócus o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, situado no município de Santana, Rodovia Duca Serra, nº1133, bairro Fonte Nova, suas atividades iniciaram em 03 de julho de 2014, oferta cursos técnicos, graduação e pós-graduação, formação inicial e continuada (FIC) e Educação a distância (EAD), todos de forma gratuita.

Sua implantação representou uma significativa ampliação na rede pública de ensino para a comunidade santanense. A Instituição já se consolidou como uma referência de qualidade no ensino público contribuindo com o desenvolvimento local.

A escolha desse espaço de pesquisa foi definida a partir da constatação da inexistência

de pesquisa com o mesmo objeto no referido instituto em que se encontrou diretamente com o entendimento da assistência estudantil de forma a garantir a manutenção de pessoas que não iriam ter a oportunidade de finalizar o ensino superior sem a ajuda estatal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise dos Editais de Assistência Estudantil

A análise dos auxílios oferecidos pelo IFAP considerou a seguinte organização: foram verificados os editais da Assistência Estudantil dos anos 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, eles apresentaram oferta para o Campus Santana. As modalidades observadas foram: auxílio alimentação, creche, material didático, moradia, transporte e uniforme. É importante ressaltar que o auxílio moradia foi proposto em editais específicos. Em cada ano foram observados os indeferimentos. Os editais utilizados como referência para esse estudo foram:

2021 – Edital nº 09/2021 – Programa de Assistência Estudantil (PAE 2021).

2022 – Edital nº 06/2022 – Programa de Assistência Estudantil (PAE 2022.1).

2023 – Edital nº 04/2023 – Programa de Assistência Estudantil (PAE 2023).

2023 – Edital nº 10/2023 – Auxílio Moradia.

2024 – Edital nº 03/2024 - Programa de Assistência Estudantil (PAE 2024).

2024 – Edital nº 09/2024 – Auxílio Moradia.

2025 – Edital nº 05/2025 – Programa de Assistência Estudantil (PAE 2025).

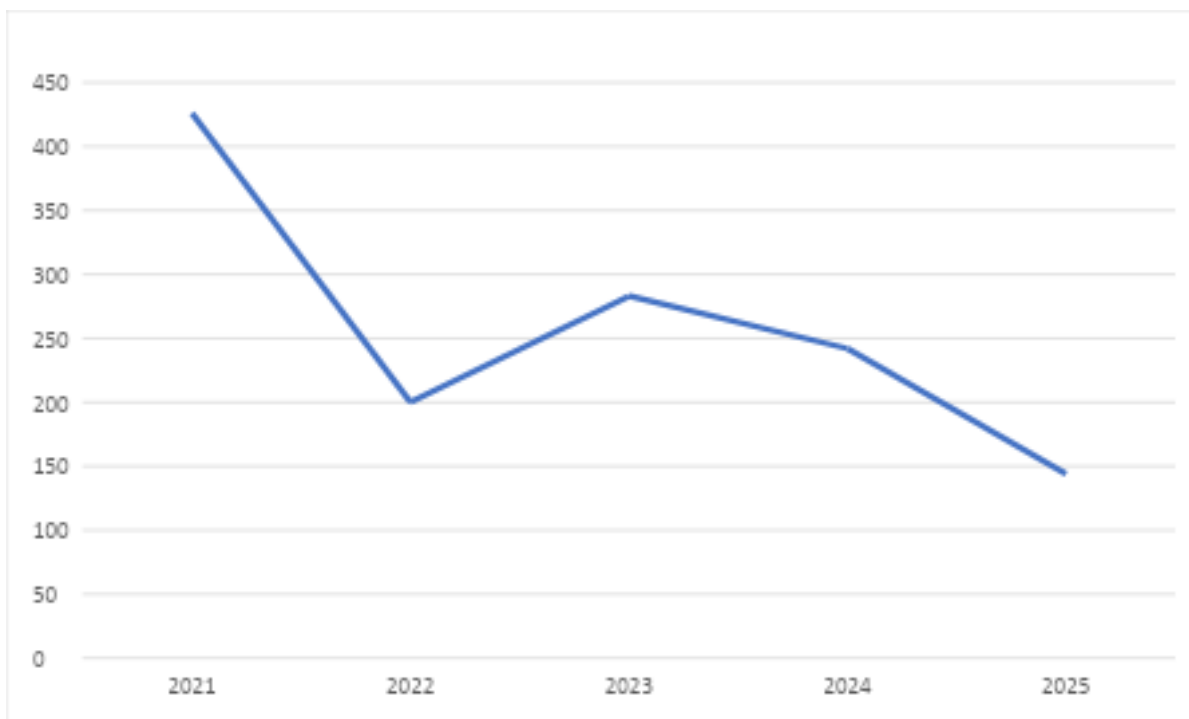
Os editais apresentaram um quantitativo de auxílios que não seguiu um padrão ao longo dos anos, conforme é possível observar no Quadro 1 e Gráfico 1:

Quadro 1- Vagas por edital (Campus Santana: 2021-2025).

Ano	Edital	Total de vagas	Observação
2021	Nº 09/2021	426	Distribuídas entre modalidades
2022	Nº 06/2022	200	Sendo 125 destinadas aos cursos técnicos.
2023	Nº 04/2023	283	Distribuídas entre modalidades
2023	Nº 10/2023 (Moradia)	—	Edital não especificou o número total de vagas para Santana.
2024	Nº 09/2024 (Moradia)	—	Edital de moradia sem quantitativo detalhado por campus.
2025	Nº 05/2025	144	Sendo 109 para cursos técnicos; distribuídas nas modalidades.

Fonte: Ifap 2025.

Gráfico 1 – Evolução da oferta de auxílios estudantis, Campus Santana, de 2021-2025.



Fonte: Dados da pesquisa.

As alterações nos quantitativos de ofertas anuais é influenciado principalmente por dois fatores: o primeiro é o orçamento anual disposto na Lei Orçamentária Anual (LOA), a qual é apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional. O segundo fator é o orçamento de cada campus, o qual é proporcional ao quantitativo de vagas ocupadas.

A análise dos editais comparando com os resultados preliminares e finais mostrou um significativo número de indeferimentos. Esse panorama está resumido na Tabela 1.

Tabela 1 – Auxílios ofertados versus indeferimentos

Ano	Edital	Vagas ofertadas	Indeferimentos (total)	Taxa de indeferimento (%)
2021	Nº 09/2021	426	32	7,5%
2022	Nº 06/2022	200	43	21,5%
2023	Nº 04/2023 + Nº 10/2023	283	45	15,9%
2024	Nº 03/2024 (PAE) + Nº	242	22	9.1%

	09/2024 (Moradia) Nº 05/2025			
2025		144	124	86,1%
Total	—	1295	266	20.5%
(2021–2025)				

Fonte: Ifap 2025.

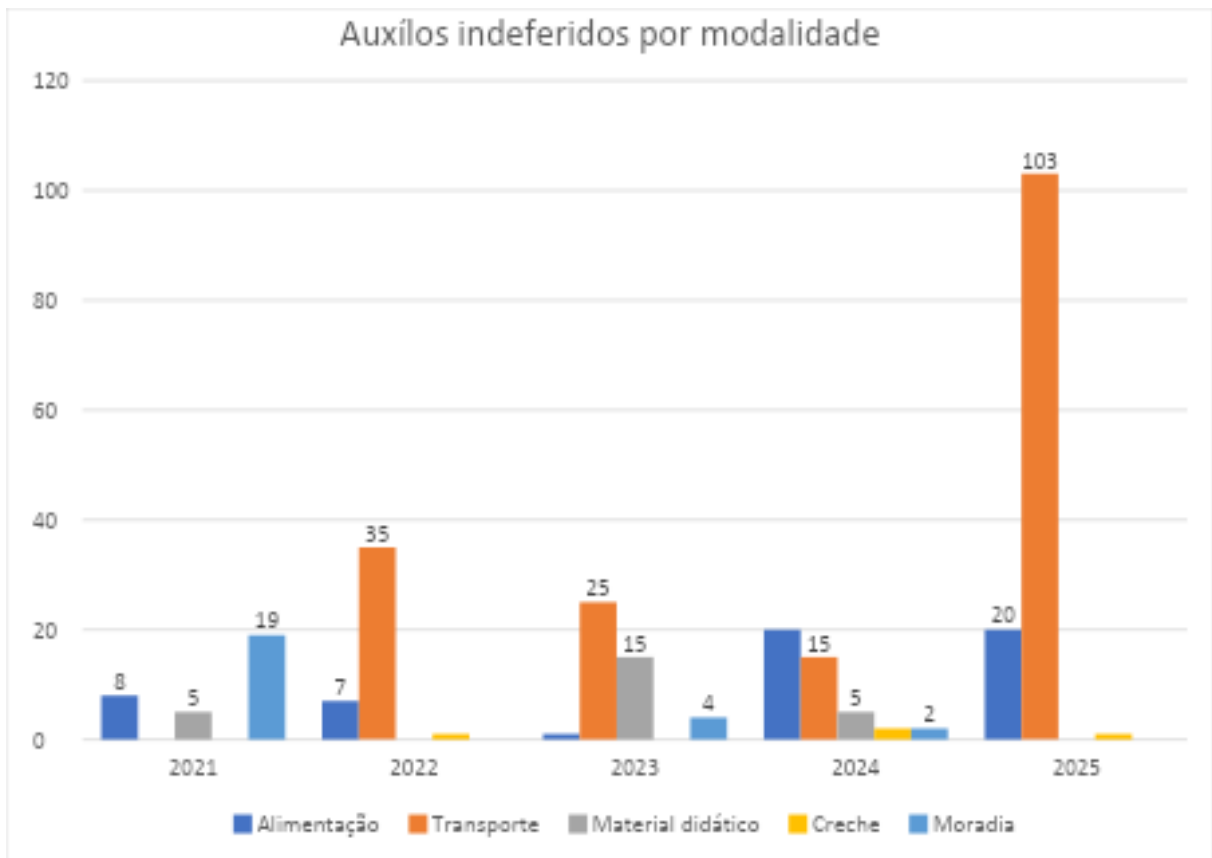
A partir análise dos resultados dos editais do Programa de Assistência Estudantil (PAE) no Campus Santana entre 2021 e 2025 pode-se observar que os indeferimentos não foram distribuídos da mesma forma entre as modalidades de auxílio. No interstício utilizado para esse estudo, notou-se um quantitativo maior no auxílio transporte, que apresentou quase 68% de todos os indeferimentos, seguido pelo auxílio alimentação (15%), moradia (10%), material didático (6%) e creche (0,4%).

Considerando a linha do tempo, ocorreu a seguinte evolução: em 2021, os indeferimentos foram maiores na modalidade auxílio moradia (70,4%); esse resultado pode indicar a dificuldade de comprovação formal da comprovação de necessidade de moradia, principalmente pela necessidade de apresentação de contrato de aluguel. Já no ano de 2022, houve maior indeferimento do auxílio transporte (81,4%), seguido de alimentação e creche.

No ano de 2023, embora o transporte ainda liderasse (55,6%), verificou-se maior equilíbrio com o auxílio material didático (33,3%), indicando que problemas documentais relacionados a esta modalidade tiveram peso relevante. O ano de 2024, considerando o Edital nº 03/2024 (PAE) além do Edital nº 09/2024 (Auxílio Moradia), apresentou 242 vagas e 22 indeferimentos (9,1%).

Esse resultado diminui a quantidade de indeferimentos, considerando os anos de 2022 e 2023, mas confirma que as modalidades de transporte e moradia continuam sendo as mais afetadas aos fluxos burocráticos. Já em 2025, o transporte voltou a ser o principal fator de exclusão (83,7%), seguido pela alimentação (16,3%). A comparação nos indeferimentos pode ser observada no Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Indeferimento de auxílios por ano e por modalidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do comparativo entre os editais e os resultados indicaram que os principais motivos para o indeferimento estão relacionados à documentação incompleta. Além disso, outros fatores foram as inconsistências na comprovação da análise socioeconômica e ausência de requisitos formais previstos em edital. Foram frequentes os casos de falta de algum documento específico, por exemplo a ausência de comprovante de residência, falta de comprovação de renda e não apresentação de contratos de moradia. No caso dos editais específicos de moradia, nos anos de 2023 e 2024, os indeferimentos ocorreram por não comprovação de aluguel formalizado.

Portanto, os dados indicam que, embora o PAE tenha por objetivo garantir condições de acesso e permanência estudantil, um dos principais obstáculos à efetivação dessa política pública está na etapa de análise documental, a qual corresponde a grande parte das exclusões. Fluxos informacionais e barreiras documentais

A grande quantidade de indeferimentos devido às falhas documentais pode indicar uma centralização dos fluxos informacionais nos processos de seleção dos beneficiados dos auxílios da assistência estudantil. Nesse contexto, a informação circula através de editais

extensos e com uma escrita técnica, o que é normal em documentos oficiais. Esse panorama se repete nas listas de deferidos/indeferidos, retificações e comunicados de recursos.

No entanto, a forma como essas informações chegam ao estudante, geralmente com uma linguagem burocrática, com prazos curtos e exigência de documentos que, muitas vezes, são de difícil obtenção, pode criar um abismo entre a política pública e sua efetivação.

Considerando que o foco dos editais são estudantes em situação de vulnerabilidade, essa burocracia provoca um contraponto, pois, aqueles que mais necessitam do benefício são também os que possuem maiores dificuldades em acessar, interpretar e cumprir as exigências documentais. Assim, os fluxos de informação, ao invés de atuarem como canais de inclusão, podem atuar como mecanismos de exclusão.

Além disso, a análise dos recursos interpostos nos editais de 2023 e 2025 indica que a maioria dos indeferimentos permaneceu inalterada, o que mostra que as falhas não estavam relacionadas a erros administrativos e sim a ausência de documentos ou formatos exigidos que os estudantes não conseguiram apresentar. Assim, é perceptível que a permanência estudantil deixa de ser influenciada apenas pelas condições socioeconômicas, mas depende também da capacidade do estudante ser incluído e compreender os fluxos informacionais.

De acordo com Araújo et al. (2017). O fluxo informacional é um processo de comunicação em movimento, que acontece em diferentes contextos, no qual informações com valor são transmitidas de um emissor para um ou vários receptores, com a finalidade de atender necessidades informacionais e contribuir para a criação de conhecimento.

A análise dos indeferimentos no Programa de Assistência Estudantil do IFAP – Campus Santana pode ser melhor compreendida tendo como base a “burocracia de nível de rua”. Como argumenta Lipsky (1980; 2010), retomado por Lotta, Pires e outros autores brasileiros, os burocratas da linha de frente são responsáveis por operacionalizar as políticas públicas em contato direto com os cidadãos, exercendo um papel discricionário perante situações complexas e da escassez de recursos. Nesse processo, transformam regras e normas em práticas cotidianas que definem o acesso ou a exclusão de benefícios.

No caso do PAE, a exigência da documentação formal e nos fluxos informacionais burocratizados indicam como que as instituições, ao adotarem rigidamente as exigências normativas, acabam filtrando o público-alvo e limitando o alcance da política. Esse panorama pode indicar a ideia de que os resultados das políticas não resultam apenas da configuração institucional, mas também das interpretações, rotinas e estratégias desenvolvidas no atendimento aos estudantes.

5 PRODUTOS EDUCACIONAIS

O presente estudo resultou na elaboração de um produto educacional como estratégia de fortalecimento da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Amapá, Campus Santana.

A proposta surgiu da constatação de que a comunicação entre instituição e discentes ainda apresenta lacunas significativas, dificultando que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham pleno conhecimento dos programas, serviços e benefícios disponibilizados.

Assim, o produto educacional foi planejado com o propósito de democratizar o acesso à informação, promovendo maior transparência, clareza e efetividade na divulgação da política institucional.

O material foi desenvolvido em duas modalidades complementares, buscando atender a diferentes perfis de estudantes e contemplar tanto os que possuem acesso frequente a recursos digitais quanto aqueles que enfrentam restrições tecnológicas.

A primeira modalidade consistiu na produção de um vídeo informativo, elaborado com apoio de ferramentas de inteligência artificial, no qual se apresentam, de forma objetiva e didática, os principais programas e auxílios da política de assistência estudantil que são desenvolvidos pela comunidade ifapiana e são parte das estratégias do Governo Federal para maximizar a possibilidade de pessoas com baixa renda possam frequentar e obter êxito nos estudos. Essas políticas educacionais se fazem presentes no IFAP e são uma das diretrizes responsáveis pelo maior número de pessoas que realmente necessitam acessar essa política pública.

O recurso audiovisual, por seu caráter dinâmico e acessível, favorece o engajamento dos estudantes e possibilita a disseminação em múltiplos canais institucionais, ampliando significativamente o alcance da comunicação.

Uma amostra do vídeo elaborado pela autora para se configurar como parte do produto educacional elaborado para dar suporte ao desenvolvimento do despertar para conhecer os editais que fazem as tratativas necessárias para que os alunos realmente necessitados de uma assistência estudantil, possam acessar os recursos ou benefícios, ou seja, para que as chances dele concluir os estudos e auxiliar a sua comunidade em crescer e se desenvolver.

Está detalhado nas Figuras 1 e 2 em que apresenta uma mídia no formato MP4 contendo três minutos e vinte e nove segundos (3' 29'') em que pode ser assistido no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=PT5stiNuFIQ>.

Figura 1 – Imagem da tela inicial do vídeo elaborado como Produto Educacional.



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Figura 2 – Imagem da tela final do vídeo elaborado como Produto Educacional.



Fonte: Elaboração Própria (2025).

A segunda modalidade do produto educacional consistiu na elaboração de um folder (Folder 1).

Folder 1 – Manual da Política de Assistência Estudantil no IFAP Campus Santana.

Olá, pessoal! Sejam bem-vindos ao IFAP – Campus Santana!
Vocês agora fazem parte da nossa família.

Vamos conhecer a Assistência Estudantil do Instituto, ela tem como objetivo o atendimento de estudantes, visando contribuir para o acesso, a sua permanência e êxito na perspectiva da melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e inclusão social.

Quem pode participar? Todos os estudantes matriculados, seja presencial ou a distância.

Temos um setor de assistência estudantil que operacionaliza a política estudantil



NOSSO

Manual da Política de Assistência Estudantil no IFAP Santana

IFAP- SANTANA



IFAP- SANTANA

Rod. Duca Serra, 1133 – Fonte Nova,
Santana
(96) 98102-5861
setcom.santana@ifap.edu.br



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFAP É ORGANIZADA

Em 2 eixos

- **Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante**

Esse eixo é voltado principalmente para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, famílias com renda de até um salário-mínimo e meio por pessoa.

- Auxílio -Transporte;
- Auxílio-alimentação;
- Auxílio-moradia;
- Auxílio Material Didático;
- Auxílio Uniforme;
- Auxílio Material e recurso assistivo;
- Auxílio permanência PROEJA;
- Auxílio emergencial;
- Auxílio-creche;
- Auxílio atenção à saúde.



- **O eixo universal**

Destinado a todos os estudantes regularmente matriculados no IFAP. É formado por diferentes serviços e programas, criados para apoiar a vida acadêmica de todos.

- **Serviço Psicológico Educacional;**
- **Serviço Técnico-pedagógico;**
- **Serviço social;**
- **Serviço de Assistência Básica à saúde;**
- **Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer;**
- **Programa de incentivo à arte e cultura;**
- **Programa de Incentivo à participação política Acadêmica**
- **Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico;**
- **Programa de Atendimento às pessoas com necessidades Educacionais Específicas.**



SEJA BEM VINDO

À família IFAP SANTANA



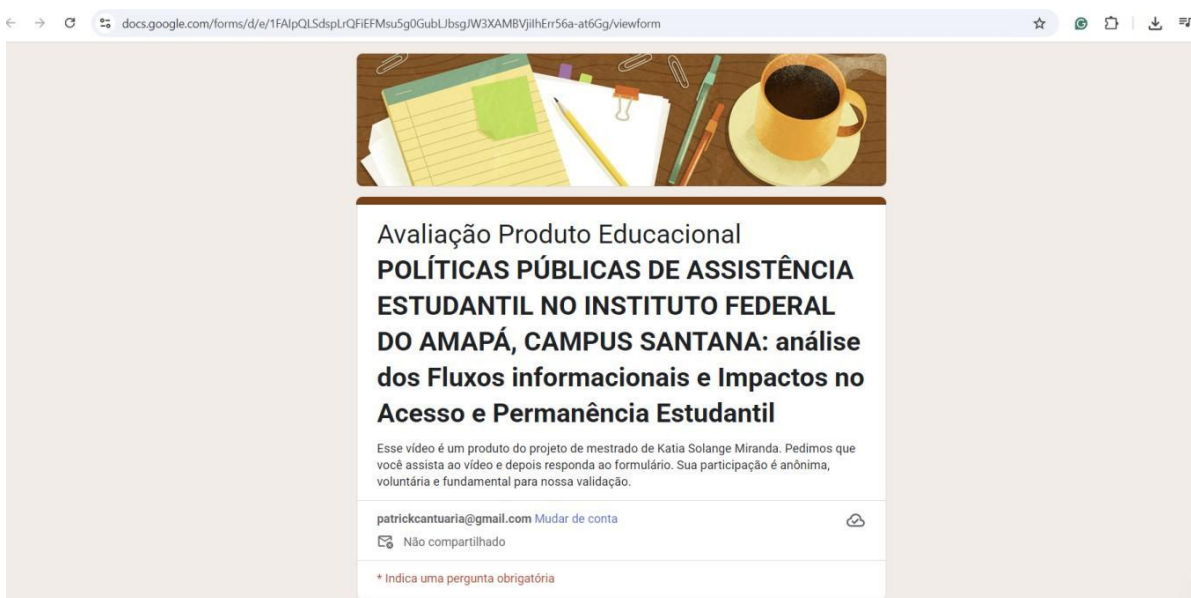
Fonte: Elaboração Própria (2025).

O Folder impresso, que reúne, em linguagem clara e organizada, informações essenciais sobre os benefícios e serviços ofertados pela política de assistência estudantil, o mesmo busca suprir a carência identificada entre estudantes que não possuem acesso às informações necessárias para exercer seus direitos. Desta forma, o material impresso se consolida como ferramenta complementar ao vídeo, reafirmando o compromisso institucional com a equidade e a inclusão.

A concepção do produto educacional esteve orientada por princípios de acessibilidade e democratização da informação, compreendendo que o direito à assistência estudantil somente se efetiva quando acompanhado da garantia de acesso a dados claros e confiáveis. Ao articular diferentes formatos de comunicação, buscou-se contemplar a diversidade sociocultural e tecnológica existente no Campus Santana, favorecendo a participação ativa dos discentes no processo de acesso, permanência e êxito acadêmico.

O processo de validação do produto educacional foi realizado por meio de pesquisa de opinião em que os alunos responderam por intermédio de um link no *google forms* em que foi elaborado com a finalidade de entender a opinião dos alunos acerca dos produtos educacionais que são partes integrantes da presente dissertação de mestrado.

Figura 3 – Tela inicial do google forms para validação dos produtos educacionais.



The image shows a screenshot of a Google Forms survey. At the top, there is a header image featuring a desk with a notepad, pens, and a cup of coffee. Below the image, the title of the survey is displayed in bold black text: "Avaliação Produto Educacional POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS SANTANA: análise dos Fluxos informacionais e Impactos no Acesso e Permanência Estudantil". Underneath the title, a short introductory text explains that the survey is part of a master's thesis project by Katia Solange Miranda and requests the respondent's participation. At the bottom of the form, the creator's email address "patrickcantuaria@gmail.com" is visible, along with a "Mudar de conta" link and a "Não compartilhado" status. A small asterisk indicates that certain questions are mandatory.

Fonte: Elaboração própria.

Além de responder a uma demanda concreta, o produto educacional configura-se como uma proposta inovadora que pode ser replicada em outros campi e instituições da Rede Federal, constituindo-se em prática pedagógica voltada para a promoção da inclusão social. A

iniciativa reforça a importância da comunicação institucional como eixo estratégico das políticas públicas, estimulando a adoção de metodologias mais eficazes para reduzir barreiras informacionais e fortalecer o direito à educação.

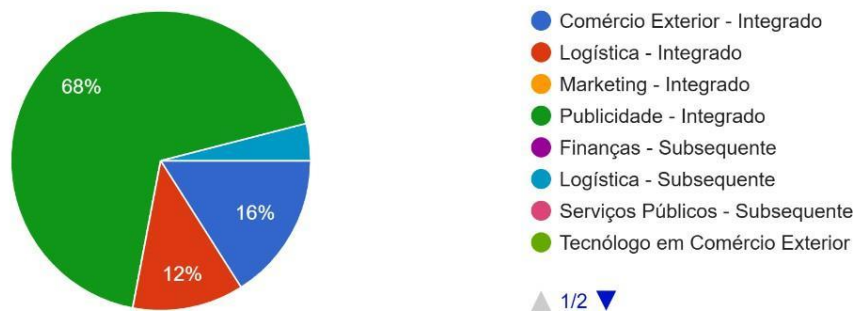
Os resultados desta validação estão descritos a seguir, sendo uma súmula de vinte e sete alunos que fizeram uma pesquisa de opinião sobre os produtos educacionais produzidos para essa dissertação de mestrado:

Nos Gráfico 3 e 4 se observa o curso dos alunos que auxiliaram na validação dos produtos educacionais.

Gráfico 3 – Curso dos alunos que validaram os produtos educacionais.

Em qual curso você está matriculado?

25 respostas

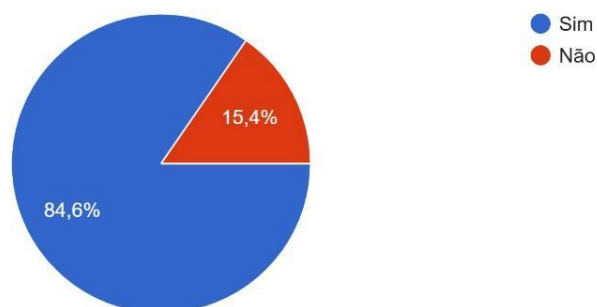


Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4 – Opinião sobre a contribuição da comunicação visual e sonora do vídeo.

A comunicação visual e sonora do vídeo contribui para o seu entendimento e engajamento?

26 respostas

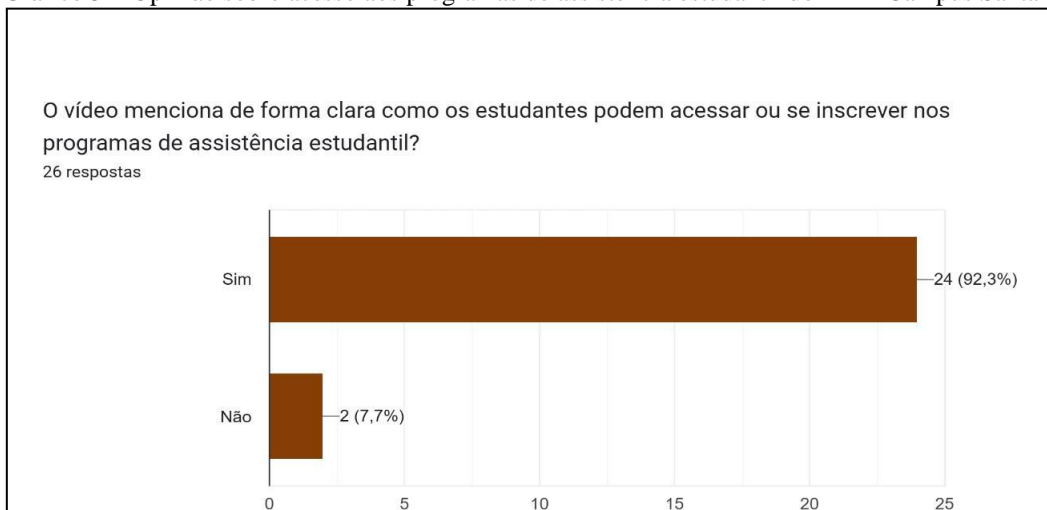


Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 5 foi elaborado para captar a percepção dos alunos sobre o acesso aos programas de assistência estudantil, verificando se o vídeo apresentado contribuiu para esclarecer os procedimentos de inscrição e participação nos editais disponíveis. Essa abordagem busca compreender se as informações transmitidas facilitam o entendimento dos estudantes acerca das oportunidades oferecidas e dos caminhos para acessá-las de forma efetiva.

A análise das respostas permite avaliar o impacto da comunicação institucional e da produção audiovisual na promoção do direito à educação, especialmente no que diz respeito à acessibilidade e à clareza das informações. Dessa forma, é possível identificar avanços, desafios e sugestões que orientam futuras melhorias nos materiais e nas estratégias de divulgação, visando ampliar o alcance e a efetividade dos programas de assistência estudantil.

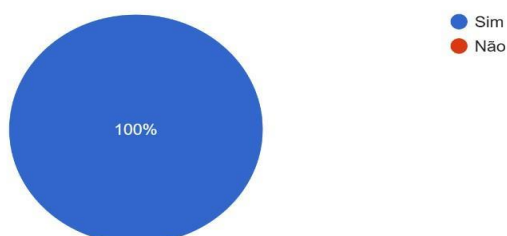
Gráfico 5 – Opinião sobre acesso aos programas de assistência estudantil do IFAP Campus Santana



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 6 – Importância do vídeo.

As informações contidas no vídeo são importantes para conhecimento dos alunos?
26 respostas



Fonte: Elaboração própria.

A análise dos gráficos apresentados revela diferentes dimensões da experiência dos estudantes em relação à comunicação institucional sobre os programas de assistência estudantil no IFAP Campus Santana.

O Gráfico 5, por exemplo, evidencia como os vídeos informativos podem atuar na facilitação do entendimento sobre procedimentos de acesso e participação nos editais. Observa-se que uma parcela significativa dos respondentes considera positiva a contribuição do audiovisual para a compreensão dos trâmites, refletindo o potencial desses materiais em aproximar os estudantes das oportunidades ofertadas.

Já o Gráfico 6 demonstra a discussão acerca da importância atribuída ao vídeo enquanto estratégia de divulgação.

A maioria dos participantes reconhece o valor desse formato, destacando-o como recurso fundamental para esclarecer dúvidas e tornar o conteúdo mais atrativo e acessível. Essa percepção ganha força sobretudo quando comparada aos formatos tradicionais, como textos e comunicados, que muitas vezes não dialogam com os diferentes perfis de estudantes e suas realidades.

O Gráfico 7 lança luz sobre a questão da acessibilidade e comunicabilidade, aspectos essenciais para garantir equidade na distribuição de informações. Os resultados apontam avanços importantes, mas também revelam desafios, sobretudo no que diz respeito à adaptação do conteúdo para estudantes com necessidades específicas.

Isso ressalta a urgência em diversificar os formatos e canais utilizados pela instituição, de modo que a comunicação seja, de fato, inclusiva e alcance todos os segmentos do corpo discente.

Já ao se observar os Gráficos 8 e 9, é possível perceber que, apesar dos esforços em ampliar a clareza dos serviços e ações da assistência estudantil, há ainda lacunas a serem superadas. Muitos estudantes expressam insegurança quanto ao entendimento dos critérios de participação e das etapas dos editais, o que reforça a importância de um processo comunicacional contínuo, participativo e adaptado às demandas reais do público-alvo.

Assim, os dados demonstram que investir em estratégias inovadoras, centradas na escuta ativa e no diálogo, é imprescindível para efetivar o direito à assistência estudantil e promover uma cultura institucional verdadeiramente acessível.

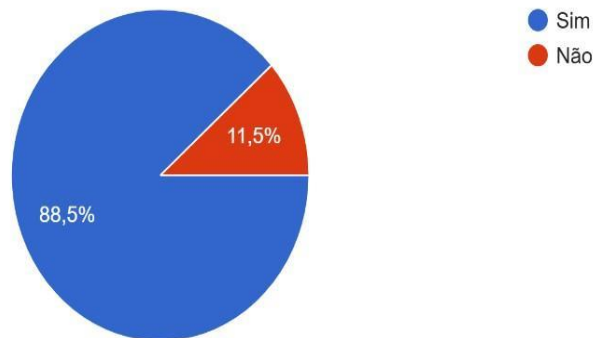
Essas constatações evidenciam que, para além da produção de materiais informativos, é fundamental investir em estratégias de comunicação que promovam o diálogo direto com os estudantes, ouvindo suas dúvidas e percepções.

Só assim será possível avançar na construção de uma comunicação institucional verdadeiramente eficiente, capaz de garantir o acesso pleno e equitativo às oportunidades ofertadas pela assistência estudantil.

Gráfico 7 – Acessibilidade e comunicabilidade do vídeo.

O conteúdo do vídeo é acessível e fácil de entender para os diferentes públicos – alvos? (estudantes de diversas faixas etárias e níveis de ensino).

26 respostas

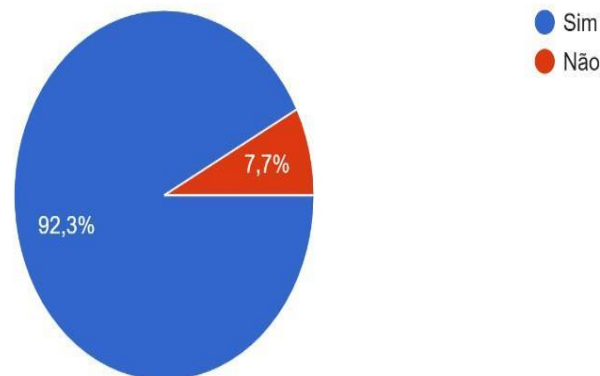


Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 8 – Opinião sobre a clareza dos serviços disponíveis sobre assistência estudantil.

O vídeo fornece/ informações claras sobre os serviços disponíveis aos estudantes?

26 respostas

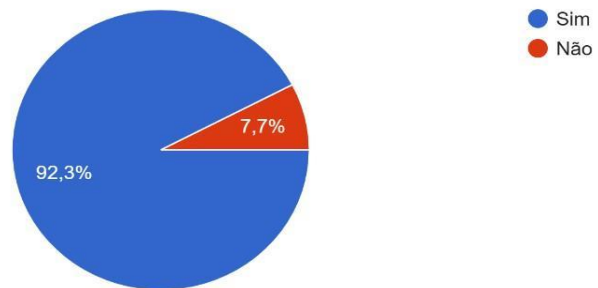


Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 9 – Esclarecimentos sobre ações da assistência estudantil.

Com base nas informações do vídeo você saberia, em caso de necessidade, o que fazer para acessar os benefícios, serviços e programas da assistência estudantil?

26 respostas



Fonte: Elaboração própria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas nesta pesquisa possibilitaram compreender de maneira mais aprofundada a relevância das políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal do Amapá, Campus Santana, com foco nos fluxos informacionais e seus impactos sobre o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes. Ficou evidenciado que, embora haja um arcabouço normativo consistente, a eficácia da política depende substancialmente da qualidade da comunicação institucional e da capacidade de tornar as informações acessíveis, claras e direcionadas ao público-alvo. Tal constatação reforça a ideia de que a assistência estudantil, enquanto direito social, somente se materializa quando acompanhada de estratégias informacionais eficientes.

A investigação também revelou que a comunicação desempenha papel central na mediação entre Estado e sociedade, especialmente quando se trata de populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ausência ou a deficiência na divulgação dos programas e auxílios compromete a efetividade da política, uma vez que estudantes que desconhecem os mecanismos de acesso dificilmente conseguem usufruir dos benefícios que lhes são garantidos. Assim, o estudo confirma que os fluxos informacionais não devem ser tratados como mera dimensão acessória, mas como eixo estruturante da política pública de assistência estudantil.

Outro aspecto relevante identificado foi a percepção dos discentes sobre a clareza e a acessibilidade das informações disponibilizadas. A pesquisa demonstrou que, mesmo reconhecendo a importância dos auxílios ofertados, muitos estudantes apontaram dificuldades em compreender editais, prazos e critérios de seleção. Esse dado sugere a necessidade de reconfiguração dos canais comunicacionais, de forma a incorporar práticas mais inclusivas e dialógicas, capazes de atender à diversidade do público acadêmico do campus. Nesse sentido, a produção de materiais educativos, como vídeos e folders informativos, mostrou-se uma estratégia pertinente e inovadora.

No campo teórico, a dissertação reforçou que a assistência estudantil deve ser concebida não como prática assistencialista, mas como instrumento de justiça social e mecanismo de democratização da educação. Ao se inserir no contexto das políticas afirmativas, a assistência estudantil assume função estratégica de combate às desigualdades históricas e sociais, possibilitando que grupos tradicionalmente marginalizados tenham não apenas o ingresso, mas também a permanência e o sucesso em suas trajetórias educacionais. Isso corrobora a centralidade da política no fortalecimento do direito à educação pública,

gratuita e de qualidade.

As análises documentais e empíricas confirmaram que o IFAP/Santana dispõe de uma política relativamente ampla, contemplando diferentes dimensões, desde auxílios financeiros até apoio psicológico, pedagógico, cultural e esportivo. Entretanto, constatou-se que a operacionalização desses programas ainda enfrenta entraves relacionados à gestão da informação e ao alcance efetivo da política. Dessa forma, a implementação de uma comunicação mais transparente e horizontal, aliada ao uso estratégico das tecnologias digitais, constitui-se em um avanço importante no sentido de democratizar o acesso às informações.

No que se refere ao produto educacional desenvolvido, a utilização de inteligência artificial para elaboração de um vídeo explicativo, somado à produção de material impresso, representou um avanço importante no sentido de democratizar o acesso às informações. Essas iniciativas evidenciam que a adoção de recursos tecnológicos e multimodais pode contribuir para superar barreiras comunicacionais e alcançar públicos distintos, favorecendo uma gestão mais assertiva das políticas de assistência estudantil. Tal estratégia não apenas fortalece a política, mas também inspira a adoção de soluções inovadoras em outros contextos educacionais.

É importante destacar ainda que a pesquisa trouxe contribuições significativas para a reflexão sobre a vulnerabilidade informacional de grupos sociais específicos. Estudantes oriundos de famílias de baixa renda, em muitos casos, não possuem as competências digitais necessárias para acessar determinados canais de comunicação institucional. Essa constatação sugere a urgência de políticas complementares que incluam formação em competência informacional e digital, possibilitando a esses sujeitos maior autonomia e protagonismo em sua trajetória acadêmica.

No plano mais amplo, os resultados desta dissertação permitem afirmar que o fortalecimento da política de assistência estudantil no IFAP/Santana depende da integração entre instrumentos normativos, práticas comunicacionais eficazes e envolvimento da comunidade acadêmica. A construção coletiva de soluções comunicacionais, que contemplem a escuta dos estudantes e a valorização de suas experiências, é fundamental para que a política se consolide como prática emancipatória e inclusiva. Assim, evidencia-se que o desafio não está apenas em garantir recursos, mas em assegurar processos comunicacionais que transformem direitos em experiências vividas.

A investigação também revelou que a comunicação desempenha papel central na mediação entre Estado e sociedade, especialmente quando se trata de populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ausência ou a deficiência na divulgação dos programas

e auxílios compromete a efetividade da política, uma vez que estudantes que desconhecem os mecanismos de acesso dificilmente conseguem usufruir dos benefícios que lhes são garantidos. Assim, o estudo confirma que os fluxos informacionais não devem ser tratados como mera dimensão acessória, mas como eixo estruturante da política pública de assistência estudantil.

No campo teórico, a dissertação reforçou que a assistência estudantil deve ser concebida não como prática assistencialista, mas como instrumento de justiça social e mecanismo de democratização da educação. Ao se inserir no contexto das políticas afirmativas, a assistência estudantil assume função estratégica de combate às desigualdades históricas e sociais, possibilitando que grupos tradicionalmente marginalizados tenham não apenas o ingresso, mas também a permanência e o sucesso em suas trajetórias educacionais. Isso corrobora a centralidade da política no fortalecimento do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

É importante destacar ainda que a pesquisa trouxe contribuições significativas para a reflexão sobre a vulnerabilidade informacional de grupos sociais específicos. Estudantes oriundos de famílias de baixa renda, em muitos casos, não possuem as competências digitais necessárias para acessar determinados canais de comunicação institucional. Essa constatação sugere a urgência de políticas complementares que incluam formação em competência informacional e digital, possibilitando a esses sujeitos maior autonomia e protagonismo em sua trajetória acadêmica.

Por fim, ressalta-se que este estudo não se encerra em si mesmo, mas abre espaço para novas investigações e desdobramentos práticos. O tema dos fluxos informacionais em políticas públicas permanece como campo fértil para futuras pesquisas, sobretudo em um cenário marcado pela crescente digitalização da comunicação e pela necessidade de enfrentamento à desinformação. Nesse contexto, a experiência do IFAP/Santana pode servir de referência para outras instituições que buscam aprimorar seus processos comunicacionais e potencializar o impacto da assistência estudantil.

Conclui-se, portanto, que a comunicação, ao ser compreendida como direito e como prática estratégica, torna-se elemento indispensável para a efetivação das políticas educacionais e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. o direito social, somente se materializa quando acompanhada de estratégias informacionais eficientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de; BRITO, Tânia Regina de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A mediação da informação no resgate da visibilidade e dignidade dos vulneráveis: o caso das pessoas em situação de rua. **Em Questão**, v. 28, n. 2, p.22, 2021.

ALVES, Maria Teresa G.; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 49-81. 2016.

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação: análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003. 232f. Dissertação (Mestrado em serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2003.

ARAÚJO, Wánderon Cássio Oliveira.; SILVA, Edna Lúcia da; VARVAKIS, Gregório. Fluxos de informação em projetos de inovação: estudo em três organizações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/22953>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ASSIS, Anna Carolina Lili.; SANABIO Marcos Tanure.; MAGALDI, Carolina Alves; MACHADO, Carla Silva. As políticas de assistência estudantil: Experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, vol. 6, n. 4, p.125-146,2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2012

BOSCHETTI, Ivanete. **A assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao..htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 mar. 2024.

CAVALCANTI, S.; LOTTA, G.; PIRES, R. R. C. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. *In*: LOTTA, G. *et al.* **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2018.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CISLAGUI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vaga versus garantia de permeância. **Revista Ser Social**, v.12, n. 31, 2012.

CORDEIRO, Welton de Lima *et al.* **Evasão educacional no proeja**: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá–campus Laranjal do Jarí. 2023. 83f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) -Instituto Federal do Amapá, Santana, AP, 2023.

CUNHA, Vanda Angélica da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **Biblos**, ano 4, n. 15, p.67-76, 2003.

DAL-FARRA , ROSSONO, A.P.; LOPES, Tadeu. Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: Pressupostos Teóricos. **Nuances**, v.29, n.3, 2013.

DINIZ-PEREIRA, J.E. Educação profissional e políticas públicas: desafios para a inclusão social. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 135, p. 99-113, 2016.

FIDELIS, Osvaneide Dias; CARVALHO, Valdinete Fonseca de. **Política de assistência estudantil**: um estudo de caso na SAE do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá–Campus Laranjal do Jari. 2022. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)- Instituto Federal do Amapá, Laranjal do Jari, AP, 2022.

FRANCO, Creso. Educação das elites no Brasil: a Bélgica não existe. **Trabalho e Sociedade**, v. 2, n. 4, p. 13-15. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: avanços e contradições do processo de expansão da educação profissional no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Dados e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GERZSON, Vera Regina Serezer; MÜLLER, Karla Maria. PROCAC/ Canoas: comunicação pública e relacionamento com o cidadão. **FAMECOS**, n.38, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Políticas de ação afirmativa no Brasil: uma perspectiva histórica. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 3, p. 1-22, 2020.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HETKOWSKI, Tânia Maria. Mestrados Profissionais Educação: Políticas de implantação e desafios às perspectivas metodológicas. **Plurais**, v.1, n.1,p.10-29, 2016.

IMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2001.

IMPERATORI, Thais Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, v.129, n. 285-303, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acesso em: 23 ago. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Altas, 2010.

LIPSKY, M. **Street-Level Bureaucracy**: dilemmas of the individual in public service. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LIPSKY, M. **Street-Level Bureaucracy**: dilemmas of the individual in public service. 30th anniversary expanded edition. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOTTA, G. **Burocracia e implementação de políticas de saúde**: os agentes comunitários na Estratégia Saúde da Família. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KOSIK K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 165, p.1044-1066, 2017.

MOURA, Gilceli Chagas et al. **O programa de assistência estudantil sob a ótica da inclusão social e da garantia de direitos**: um estudo realizado no Instituto Federal do Amapá. 2017.115f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ , 2017.

OLIVEIRA, Ana Paula; ANDRADE, Camila Cristina. Políticas de permanência estudantil no ensino técnico federal. **Revista Retratos da Escola**, v. 13, n. 26, p. 54-70, 2019.

PINHEIRO, Ellana Barros. A trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação: Educação superior, assistência estudantil e o Pnaes. *In*: Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória, ES, **Anais...** Vitória: UFES, 2018. p. 21.

PIRES, R. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. **Dados**, v. 52, n. 3, p. 735-769, 2009.

SANTOS, Rita de Cássia; SILVA, João Paulo. Ações afirmativas nos Institutos Federais: avanços e desafios. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 43, p. 39-55, 2021.

SANT'ANA DE ROSA, Nathália. **Vulnerabilidade digital e acesso à justiça**: uma análise sobre a realidade da população do Distrito Federal e as políticas de inclusão digital. 2024. 137f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito, Regulação e Políticas Públicas) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2024.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados. 2008.

SOARES, José Francisco; DELGADO, Vitor M. S. Medida das desigualdades de aprendizado entre estudantes de ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p.754-780, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4101>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SOARES, José Francisco; ERNICA, Mauricio; RODRIGUES, Erica Castilho. IDeA – Indicador de Desigualdades e Aprendizagens. **Nota Técnica**. São Paulo: Fundação Tide Setubal. 2019.

SPUDEIT, Daniela; VITORINO, Elizete Vieira. Quem vocês pensam que são? Reflexões sobre a vulnerabilidade informacional nas pessoas em situação de rua sob o prisma da competência em informação. **Biblios**, v.1 , n. 86, 2023. 2017.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da Assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino-Em Revista**, v.17, n.2, p. 599-616, 2010.

VITORINO, Elizete Vieira. Indicadores sociais e de vulnerabilidade social: características e possíveis usos na avaliação da competência em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 28, p.1-36, 2023.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Apresentar o Produto Educacional (PE) utilizando como referência os seguintes aspectos, entre outros:

- O que é (descrição do PE): Vídeo sobre a Política de Assistência Estudantil do Ifap – Campus Santana, complementado pelo Folder Manual da Política de Assistência Estudantil;
- Qual a sua finalidade: Promover a divulgação da Política de Assistência Estudantil do Ifap;
- Por que aplicar esse PE na EPT (justificativa): Para facilitar o acesso aos auxílios que os alunos têm direito a acessar, esclarecendo suas principais diretrizes, objetivos e ações voltadas ao apoio dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Busca proporcionar maior conhecimento sobre os benefícios, critérios de acesso e formas de participação, além de incentivar o engajamento dos estudantes e da comunidade acadêmica. Espera-se, assim, ampliar o alcance das informações, promover a equidade e fortalecer a permanência estudantil. O vídeo, aliado ao folder, apresenta orientações práticas e detalhadas, tornando o conteúdo acessível e estimulando o protagonismo estudantil. Dessa forma, o produto educacional contribui para a disseminação das políticas institucionais de assistência estudantil;
- Bases teóricas que o sustentam: A Pedagogia de Paulo Freire que visa a educação como prática da Liberdade e a Pedagogia histórico -crítica de Saviani. Tanto Freire quanto Saviani convergem ao considerar a educação como um direito fundamental e condição para a humanização. Para Freire (1996), negar a educação é negar o próprio direito de ser mais, de modo que a luta pela escola pública, gratuita e de qualidade constitui um ato de resistência e emancipação. Saviani (2008), por sua vez, reforça que a educação escolar não pode ser tratada como privilégio, sendo papel do Estado garantir as condições para que todos tenham acesso e permaneçam na escola. Nesse sentido, a política de assistência estudantil assume papel estratégico, pois busca concretizar esse princípio, diminuindo os obstáculos socioeconômicos e informacionais que ainda excluem grande parte dos estudantes.
- Onde foi aplicado: o produto foi aplicado por meio do *Google forms* e foi divulgado nos grupos de alunos das turmas de terceiro ano do Ensino Médio Integrado e Cursos Técnicos Subsequentes do Campus Santana do IFAP.

Link para o produto educacional: <https://www.youtube.com/watch?v=PT5stiNuFIQ>

APÊNDICE B – VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliação do produto educacional

- 1- A comunicação visual e sonora do vídeo contribui para o entendimento e engajamento do espectador?
Sim () Não ()
- 2- O vídeo menciona de forma clara como os estudantes podem acessar ou se inscrever nos programas de assistência estudantil?
Sim () Não ()
- 3- As informações contidas no vídeo são importantes para conhecimento dos alunos?
Sim () Não ()
- 4- O conteúdo do vídeo é acessível e fácil de entender para os diferentes públicos – alvos?
5- (estudantes de diversas faixas etárias e níveis de ensino).
Sim () Não ()
- 6- O vídeo fornece/ informações claras sobre os serviços disponíveis aos estudantes?
Sim () Não ()
- 7- Com base nas informações do vídeo você saberia, em caso de necessidade, o que fazer para acessar os benefícios, serviços e programas da assistência estudantil?
Sim () Não ()